

AS HISTÓRIAS NACIONAL, REGIONAL E LOCAL NOS PROGRAMAS E MANUAIS ESCOLARES DOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO*

por

Avelino de Freitas de Meneses**

Introdução

A ausência de prática lectiva no âmbito dos ensinos básico e secundário constitui naturalmente um óbice de vulto à participação num debate sobre a problemática dos manuais escolares. Assim, na base destas reflexões, avultam apenas correlações profissionais e familiares com questões do ensino não superior, que oxalá não ressaltem por insuficientes e distorcidas. Com efeito, a minha correspondência com os graus de ensino em discussão no “Encontro sobre Manuais Escolares”, promovido em Ponta Delgada pelo Departamento de Ciências da Educação nos dias 13 e 14 de Setembro de 2000, deriva somente do facto de na Universidade dos Açores ser docente de um curso que também forma professores, de ter sido esporadicamente orientador de estágios integrados e ainda de ter representado a instituição universitária açoriana, entre 1990 e 1992, na Comissão Nacional das Provas Específicas de História, então realizadas no seio das Universidades, embora com base em programas substancial-

* Este texto corresponde ao desenvolvimento da intervenção que proferimos no “Encontro sobre Manuais Escolares”, promovido em Ponta Delgada, nos dias 13 e 14 de Setembro de 2000, pelo Departamento de Ciências da Educação da Universidade dos Açores.

** Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, Universidade dos Açores.

mente diferentes dos actuais. Porém, mais do que tudo isso, pesa decerto o convívio quotidiano que, por muitos anos, correlaciona a generalidade das famílias com o processo oficial de aprendizagem.

1. Os objectivos da escola de hoje

A averiguação dos programas e dos manuais escolares evidencia os objectivos da escola do nosso tempo. Na generalidade, avultam propósitos de transição, por natureza demasiado incertos, que conferem aos intervenientes o direito de participação no ajuste e na definição das principais metas do sistema educativo. Outrora, com o apoio da família e de algumas instituições sociais, a escola facultava a aprendizagem e o convívio. Hoje, a fragilização da família coloca a educação da juventude muito na dependência da colectividade. Contudo, a incapacidade societal de auto-regulação impõe novas incumbências à escola, nomeadamente o dever da inserção social, que logo desvaloriza o supremo encargo da aprendizagem. Neste contexto, a correspondência a novas necessidades sociais constitui inequivocamente uma obrigação da escola. Todavia, o alargamento das responsabilidades do meio escolar exige um esforço de selecção e uma atitude de prevenção, para que as escolas se não convertam em armazéns de jovens como os lares já são armazéns de idosos. De facto, os estabelecimentos escolares nunca poderão constituir meios de desresponsabilização da sociedade, inibidores da própria criatividade colectiva. Isto significa que as escolas devem apenas assumir missões viáveis. Caso contrário, sucede uma de duas coisas, ambas elas menos próprias: ou os professores se transformam em missionários que com mais vontade do que competência realizam afazeres impossíveis ou então viram simples empregados, cada vez mais frustrados com o teor das tarefas do quotidiano e sempre dados à invenção de expedientes de redução do tempo de permanência na escola. Nestas circunstâncias, a definição clara de objectivos e procedimentos corresponde a uma indispensabilidade, que garante o sucesso escolar dos estudantes e a realização sócio-profissional dos docentes. Porém, tudo isto se complica após anos e anos de massificação do ensino, nem mais nem menos do que a má consequência de uma boa causa, precisamente a democratização do ensino. Do mesmo modo, tudo isto se complica perante a irreversível proletarização dos professores, que lhes retira

decoro social e capacidade de invenção, relegando-os para o limiar das reivindicações mais básicas, embora inequivocamente justas.

O alargamento dos objectivos da escola de hoje acresce significativamente a falibilidade dos programas e dos manuais, cujas sugestões avultam amiúde por insuficientes. De facto, a multiplicação dos públicos implica a diversidade dos interesses, das motivações e, por consequência, dos ritmos de aprendizagem. Nestas circunstâncias, releva a prioridade das práticas pedagógicas sobre os enunciados científicos. Todavia, o aumento dos desafios sempre constitui um estímulo, que obriga a uma diligência de melhoramento constante de programas e de manuais.

2. O carácter dos manuais de História

As virtudes e os defeitos dos manuais derivam logicamente do carácter dos programas, que definem os temas e estabelecem a forma e o grau de aprofundamento das matérias. Entretanto, a análise dos manuais levanta diversas questões prévias, por exemplo, a da utilidade, a da autoria e a da mensagem.

Em referência à utilidade, uma amálgama de circunstâncias define a condição dos manuais, que são meios de ensino ora muito úteis, quase sempre limitados e eventualmente prejudiciais. Para escalões etários mais baixos, concretamente aqueles que frequentam os ensinos básico e secundário, ainda desprovidos de capacidade de investigação por conta própria, os manuais adquirem muita relevância, sobretudo quando transmitem uma informação rigorosa e sistemática, que também alerta os estudantes para a necessidade da pesquisa e a indispensabilidade da interpretação. No entanto, estes instrumentos ainda evidenciam limitações, porque correspondem sempre a uma leitura estática sobre uma realidade que, embora do domínio do passado, se acha em permanente mutação, por via do progresso da investigação. Finalmente, o prejuízo advém quando o compêndio único substitui os manuais diversos, como sucedeu amiúde outrora, em detrimento do incentivo do espírito crítico, resultante da conversão da ciência dinâmica e mutável em verdade absoluta e inalterável.

Em relação à autoria, a elaboração dos manuais é de preferência uma tarefa de agentes correlacionados com a mundividência dos ensinos básico e secundário, porque possuem melhor conhecimento dos destina-

tários, nomeadamente da capacidade de apreensão de conhecimentos e da necessidade de acesso a uma informação isenta e equilibrada. Todavia, nos últimos tempos, regista-se a participação de professores universitários nos processos de feitura e superintendência de diversos manuais. Esta inovação, que pode ser muito útil, também pode ser um acto trivial e até eventualmente pernicioso. O proveito da colaboração dos docentes do ensino superior decorre da possibilidade de correcção e actualização de informações e interpretações científicas. Ao invés, a cooperação universitária avulta por inútil ou mesmo prejudicial, quando apenas corresponde a estratégias de marketing, movidas por interesses comerciais. Além disso, os professores universitários são por essência especialistas, desprovidos do sentido do equilíbrio, enquadrados em correntes específicas, uma espécie de partidos científicos, capazes da transmissão de um conhecimento simultaneamente correcto e distorcido. Assim, para evitar semelhantes riscos, exigir-se-ia mais a intervenção de uma equipa do que a cooperação de um especialista, tarefa de todo inviável à luz das actuais possibilidades.

Em consideração à mensagem, os manuais devem veicular sempre o tipo de história que os especialistas entendem por mais apropriado, recusando a imposição de modelos historiográficos oficiais, que muitas vezes sustentam desígnios políticos estatais. Neste caso, os erros do passado constituem um factor de correcção do presente e um modo de acautelar o futuro. Na verdade, durante parte do século XX, o Estado Novo autoritário impôs a utilização de compêndios de História que hoje quase suscitam o riso, apesar de manifestarem algumas qualidades incontroversas. Porém, actualmente, o Estado democrático nem sempre avulta por menos impositivo. Além disso, também alimenta projectos e ficções, capazes de moverem a distorção do discurso histórico. Nestas circunstâncias, a prevenção corresponde ao melhor remédio. Contudo, em qualquer caso, ensinaremos sempre uma história diferente da de outrora e igualmente bem diversa daquela que se contará no futuro. Isto significa que, à margem de todas as previdências, leccionaremos sempre uma história que virá a desactualizar-se. Todavia, importa um esforço no sentido do cultivo de uma história que resista mais à voragem do tempo, para que mesmo a prazo o respeito prevaleça sobre a desconfiança. Afinal, que história é essa? Tem de ser uma história plural, que demonstre a variedade do mundo real e que jamais privilegie propostas únicas de

explicação da existência dos homens. Tem de ser uma história que esclareça as conjunturas, as estruturas e os processos civilizacionais, mas que simultaneamente admita as datas, os acontecimentos e os homens. Em suma, a história transmitida pelos manuais não pode ser uma história muito geral que oculte o quotidiano nem uma história muito particular que redunde na descrição de uma miríade de factos sem encadeamento perceptível.

Os actuais manuais escolares evidenciam, em termos temáticos, uma presença e uma ausência, que demandam ponderação. São elas a insistência no ensino da história do nosso tempo, que constitui uma tendência geralmente positiva, e o menosprezo pelas problemáticas da metodologia e da teoria da história, que corresponde a uma disposição globalmente negativa. O desenvolvimento da história contemporânea, até mais particularmente daquela que se desenrola quase sob o nosso olhar, possui diversas vantagens, embora também acarrete um certo risco. Na identificação dos benefícios, o principal consiste na transformação da análise do passado em raciocínio sobre o presente e em factor de projecção do futuro. Tudo isto releva o proveito dos estudos históricos e demonstra à saciedade que a história é uma ciência eminentemente actual. Ademais, o cultivo da contemporaneidade fomenta o desenvolvimento da interdisciplinaridade, pois demanda com mais frequência o recurso aos contributos da Sociologia, da Filosofia, da Política, da Economia e de muitos outros ramos das denominadas Ciências Sociais e Humanas. Finalmente, o incremento dos estudos de história dos nossos dias suscita um maior entusiasmo das turmas, porque permite a melhor concretização do conhecimento. Pelo contrário, no domínio dos inconvenientes, sobressai a falta de distanciamento temporal face ao objecto de análise, que lesa naturalmente o ideal da isenção, quando o historiador age ao mesmo tempo como narrador e actor. Ao invés, a depreciação das temáticas da metodologia e da teoria da história acarreta um grave prejuízo. Apesar de inscritas nos objectivos gerais dos programas, acham-se de todo arredadas dos respectivos conteúdos, embora conheçam um desenvolvimento normalmente insuficiente em diversos manuais. Esta omissão quase generalizada possui por suprema inconveniência a privação dos alunos da principal via de acesso à história local, que exige o domínio de técnicas rudimentares de investigação, imprescindíveis ao manuseio e à interrogação dos documentos.

3. Os conceitos de história nacional, história regional e história local

“As histórias nacional, regional e local nos programas e manuais escolares” constitui um título algo exagerado, considerando os objectivos necessariamente modestos de uma simples comunicação, e até dúbio, atendendo à caracterização dos conceitos. Com efeito, a história nacional possui propósitos bem claros, que confluem na reconstituição do passado do país, de preferência em correlação com o suceder histórico internacional. Porém, a individualização das histórias regional e local já levanta muitas dúvidas. Em sentido estrito, a história regional é a história de uma região, ou seja de uma parte substancial do país, que se crê individualizada. Na mesma perspectiva, a história local é a história dos lugares, isto é de uma proliferação de sítios, a maioria dos quais desprovida de uma singularidade perceptível. No entanto, surge logo um problema preliminar, que consiste no maior ou menor reconhecimento de regiões e localidades bem diferenciadas, susceptíveis de ocasionarem histórias regional e local inequivocamente independentes. Acerca da existência de localidades ninguém duvida, restando apenas a incerteza sobre a possibilidade do respectivo estudo originar um ramo do saber próprio. Agora sobre a essência das regiões multiplicam-se as ambiguidades. Como se sabe, no contexto político-administrativo, a Constituição da República Portuguesa delimita duas Regiões Autónomas, nomeadamente os Açores e a Madeira, atendendo à identificação de especificidades bem evidentes, resultantes da envolvimento geográfica e da evolução histórica. Contudo, muito recentemente, o povo português, chamado a pronunciar-se em referendo sobre a regionalização, não descortinou no território continental particularidades indispensáveis à institucionalização de unidades administrativas relativamente emancipadas. Afora o problema da caracterização de regiões e localidades, ou eventualmente por força da indefinição de tais entidades, não ressaltam com clareza as fronteiras entre as histórias regional e local, na prática muitas vezes entendidas como uma única e mesma realidade.

4. O lugar das histórias nacional, regional e local nos programas e manuais

Após a identificação de questões mais gerais, mas nem por isso menos relevantes, abeiremo-nos finalmente do tema que com maior espe-

cificidade nos propusemos abordar: as histórias nacional, regional e local nos programas e manuais escolares. A primeira dedução consiste na individualização de um relativo menosprezo do tratamento de tais variantes históricas, no âmbito das actividades escolares dos ensinos básico e secundário. Aliás, os programas até definem objectivos de todo inatingíveis. A comprová-lo, refira-se o propósito do realce do passado português na correlacção com as histórias europeia e universal, impossível de alcançar sem a realização de um estudo sistemático da história de Portugal. Do mesmo modo, o intento de valorização do país e das próprias regiões na construção de uma consciência de Europa esbarra no estudo fragmentário da história de Portugal e na omissão completa das análises regionais. Nestas circunstâncias, escasseiam decerto os contributos portugueses para a composição de uma ideia de Europa necessariamente plural. Apesar de semelhantes reparos, não perfilho a convicção da inequívoca prioridade das componentes nacional, regional e local na leccionação dos programas da disciplina de História. Todavia, reconheço que a abordagem de épocas e temas de história de Portugal carecem de maior desenvolvimento. Em referência às histórias regional e local, por natureza múltiplas, apesar das mais recentes declarações de princípios, admito a dificuldade da inclusão de um corpo informativo próprio nos programas e nos manuais escolares, pelo que o tratamento de tais variantes deriva muito da acção orientada das turmas sobre as realidades envolventes do meio escolar.

Os programas escolares do 2º ciclo do ensino básico tratam, de uma forma globalmente positiva, toda a história nacional, desde os tempos anteriores à formação do país até às incidências da actualidade. Já em referência ao 3º ciclo do ensino básico, preponderam as alusões mais dispersas aos temas portugueses, por exemplo, à cultura medieva, ao enquadramento no contexto europeu dos séculos XVII e XVIII, ao atraso industrial oitocentista e às ocorrências mais recentes da República, do Salazarismo e da Democracia, que entretanto se diluem quase completamente por entre uma multiplicidade de informações gerais. Entre as características mais negativas, ressalta ainda a indeterminação da singularidade da acção portuguesa dos séculos XV e XVI, donde brota um processo de globalização, que marca o advento da Modernidade, a única era da história da Humanidade dependente da iniciativa de Portugal. No entanto, a depreciação da história portuguesa sobressai da análise das propostas programáticas do ensino secundário, que apenas contemplam uma referência sumária à peculiaridade

de do nosso feudalismo, uma integração da empresa dos descobrimentos num projecto de expansão ibérica e uma menção à industrialização tardia. Neste caso, avulta a possibilidade do desenvolvimento de temas livres de história de Portugal em trabalhos de projecto, que naturalmente constituem uma perfeita incógnita, porque na prática constituem muito, pouco ou nada.

4. 1. A depreciação da história de Portugal

A desvalorização da história de Portugal nos programas dos ensinios básico e secundário sucede, por paradoxo, numa época de nítida apetência dos investigadores e dos cidadãos, respectivamente pela pesquisa e pela leitura dos temas portugueses. É de crer que a atitude de depreciação da história nacional ainda constitua uma herança da velha ideia de decadência, demasiado enraizada na cultura portuguesa, embora sem sustentação na análise rigorosa dos factos. Com efeito, a síndrome do decadentismo, que germina entre os estrangeirados e lavra entre os liberais, constitui simplesmente uma consequência do projecto ingénuo de regeneração do país, cuja inviabilidade então motiva a impressão de um atraso irremediável. Porém, este sentimento resulta mais da utilização de elementos de comparação de todo inadequados do que de um reconhecimento inequívoco e ancestral no seio da comunidade lusa da inaptidão das elites e do conformismo do povo. De facto, o pioneirismo português dos séculos XV e XVI, fruto de uma conjuntura histórica irrepetível, e o progresso subsequente dos concorrentes europeus, dotados de potencialidades internas bem superiores, motivam necessariamente uma sensação de ruína que desvirtua o sentido da nossa história, provocando uma convicção de culpa e um propósito de encobrimento de todo injustificáveis. Mais recentemente, abundam também os factores eventualmente conducentes à secundarização dos estudos históricos nacionais. Entre eles, avultam os resultados dos excessos decorrentes do 25 de Abril de 1974. Porém, se assim fôr, alimentam uma tendência tão reprovável quanto o pendor extremamente laudatório do passado pátrio, típico do tempo de Salazar. Todavia, esperase acima de tudo que o menosprezo das nossas temáticas históricas não constitua um efeito da adesão portuguesa à Comunidade Europeia, porque então significaria um complexo de inferioridade, prejudicial tanto à individualidade de Portugal como à pluralidade da Europa.

Na actualidade, as inquietações do Mundo, os desafios de Portugal e os avanços da História aconselham ao desenvolvimento dos estudos de referência nacional. De facto, o nosso tempo evidencia uma profunda contradição entre o progresso irreversível da globalização, que menospreza as identidades e as culturas, e a irrupção súbita dos localismos, que gera a contestação e a violência, fruto da indiferença da massificação. Neste contexto, o cultivo da história dos países corresponde a uma simbiose de extremismos, porque a identificação dos povos confere maior veracidade às relações internacionais e diminui a intolerância dos particularismos. Aliás, nas últimas décadas, entre um público mais lato, cresce inequivocamente o gosto pelo conhecimento do passado português. Este fenómeno decorre com certeza das implicações do 25 de Abril de 1974, primeiro a descolonização, na sequência imediata da revolução, depois a devolução de Portugal à Europa, em resultado da adesão à Comunidade Europeia. Ademais, tudo isto sucede significativamente após meio milénio de império, repartido entre o Oriente, a América e África, que em vez de simples complemento da metrópole se converte amiúde em essência do próprio país. Assim, lavra entre nós um sentimento de relativa incerteza, que ressalta a utilidade dos estudos históricos na interpretação do destino dos portugueses.

A relativa repugnância pela história de Portugal, expressa nos programas e concomitantemente nos manuais, constitui decerto um resultado das vicissitudes que, no decurso do século XX, enformam a investigação e o ensino dos temas históricos portugueses. Neste particular, sobressaem principalmente as implicações do dirigismo cultural do Estado Novo e do fervor revolucionário do pós 25 de Abril.

Durante o Estado Novo, os propósitos de união de um império anacrónico e de consolidação de um regime anquilosado quase originam um modelo de historiografia oficial, cujas metodologias e interpretações destoam claramente das correntes científicas mais em voga na Europa coeva. Na altura, o discurso histórico português, nomeadamente o veiculado pelo ensino elementar, é demasiado político, retórico, factualista, patriótico e providencialista, em suma a-científico. Com efeito, o salazarismo reduz a história a um catálogo de personagens, votadas à prática do heroísmo e da piedade. Na ocasião, os europeus perfilham as teses dos *Annales*, que proclamam precisamente o contrário, nomeadamente a arbitrariedade das fronteiras, que nega aos espaços nacionais o carácter de objectos válidos

de investigação, a depreciação do político, que valoriza as análises económico-sociais, e a opção pela longa duração, que menospreza o estudo dos factos, dos reinados e das dinastias. O resultado do confronto das perspectivas redonda muito naturalmente no relativo descrédito de alguma historiografia portuguesa, até de filiação universitária¹.

O 25 de Abril de 1974 promove a renovação da historiografia, mas ocasiona também um manifesto exagero e um relativo anacronismo. À discussão acalorada sobre o préstimo e a legitimidade dos estudos de História de Portugal e da Expansão Portuguesa, sucede uma postura de rejeição, que praticamente os exclui dos currículos universitários. Além disso, a reforma assenta no primitivo ideário da escola dos *Annales*, anterior ao processo de revisão que readmite a análise dos protagonismos nacionais e a ponderação da actividade política. Nestas circunstâncias, o discurso historiográfico evidencia uma influência ideológica excessiva e desusada.

Nos nossos dias, a interiorização da Liberdade e a consolidação da Democracia facultam o desenvolvimento da ciência, com inequívoca repercussão na historiografia, que beneficia do aperfeiçoamento das metodologias e do acréscimo da investigação. Neste contexto, a normalização dos procedimentos favorece a elevação dos estudos de história de Portugal à maior das dignidades cívica e científica.

¹ Esta apreciação admite naturalmente a individualização de uma historiografia séria, que escapa aos constrangimentos da censura. Ao princípio, a academia coimbrã desenvolve uma erudição profícua, que converge na análise medieval, menos atreita às tentações da interpretação política. Depois, em torno de Lisboa, apesar do ostracismo da administração pública e da imposição do exílio, um grupo de historiadores promove uma pequena revolução, muito marcada pela influência do marxismo, que alarga os temas e as cronologias. Além disso, o predomínio das iniciativas individuais não coíbe a concretização de projectos colectivos, por exemplo, a *História de Portugal*, dita de Barcelos, e o *Dicionário de História de Portugal*, dirigidos respectivamente por Damião Peres e Joel Serrão, que embora separados por cerca de quatro décadas congregam uma plêiade de colaborações muito competentes. (Sobre o assunto, veja-se A. H. de Oliveira Marques (org.), *Antologia da Historiografia Portuguesa*, I, [Lisboa], Publicações Europa-América, 1974, pp. 48-58).

4. 2. A omissão das histórias regional e local

Os programas e os manuais escolares olvidam por completo as problemáticas das histórias regional e local. Apesar de tudo, trata-se de um procedimento ainda relativamente natural. De facto, é de todo incomportável o acréscimo, às muitas matérias gerais e aos poucos tópicos nacionais, da grande diversidade de temáticas regionais, por exemplo, as dos Açores e da Madeira e até eventualmente as das circunscrições continentais. No entanto, o estudo das histórias regional e local manifesta vantagens científicas e pedagógicas consideráveis. No domínio científico, por mais específicas, as análises regionais e locais constituem o melhor meio de correcção das sínteses, muito globais e obviamente falíveis. No âmbito pedagógico, as investigações regionais e locais representam a melhor forma de entusiasmo das turmas, pois suscitam a aproximação às realidades concretas, através do contacto com os documentos, que não são apenas papéis velhos de manuseamento e leitura difíceis, mas todos os vestígios da presença humana no passado, que por vezes inadvertidamente desprezamos por falta de conhecimento. Além disso, as histórias regional e local motivam a utilização das fontes orais, equivalente à valorização da memória dos vivos, que propicia a participação e o regozijo das famílias.

O tratamento das histórias regional e local depende, entretanto, da observação de determinadas condições, por exemplo, a sensibilidade da tutela, a disponibilidade dos docentes e a colaboração das instituições. De facto, por significar uma adaptação dos programas gerais a problemas específicos, a abordagem dos temas regionais e locais exige o consentimento dos órgãos competentes, hoje garantido pelo regime de autonomia das escolas e até pelo próprio empenho do governo. Além disso, a incursão pelos meandros das especificidades das regiões e das localidades implica um acréscimo de trabalho, que demanda o empenhamento de todos os agentes da acção educativa, particularmente dos professores. Finalmente, o conhecimento dos lugares obriga a uma política de cooperação institucional, avultando a necessidade da frequência das bibliotecas, dos arquivos e dos museus, organismos também de todo interessados no esboço de uma prática de extensão cultural, susceptível de pôr em evidência a respectiva utilidade pública, indispensável à obtenção de reconhecimento comunitário.

4. 2. 1. As histórias das Regiões Autónomas: o caso dos Açores

Nos Açores, a eventualidade da existência de uma historiografia própria altera sensivelmente o nível de abordagem das problemáticas regionais e locais, porque demanda o ensino da história açoriana em complemento das matérias gerais contempladas nos programas. Nestas circunstâncias, o problema impõe obrigatoriamente uma discussão prévia, para evitar a contaminação pelo furor dos sentimentos, que retira clarividência à análise dos factos.

O reconhecimento de uma qualquer historiografia exige duas condições basilares: um objecto específico, que marque a diferença no confronto externo, e uma prática de investigação, que origine um considerável acervo de bibliografia. Assim, a identificação de uma eventual historiografia insular obriga a um exercício de reflexão sobre a especificidade açoriana, vulgarmente denominada açorianidade, e a produção bibliográfica.

A identidade açoriana é a consequência de uma vivência de meio milénio num ambiente diverso do continental. Por outras palavras, é o resultado de uma evolução peculiar da história, porque muito condicionada pelo carácter da geografia. Porém, a identidade açoriana é por natureza complexa. Por vezes, é quase a negação da verdadeira especificidade. Por um lado, o posicionamento no Atlântico, privilegiado pelo determinismo físico do mar e pelas condições técnicas da navegação, transforma as ilhas em meio de aproximação dos continentes, isto é, em sinónimo de universalidade. Por outro lado, o afastamento do Mundo e a descontinuidade territorial convertem as ilhas em agentes da cristalização de comportamentos, isto é, em sinónimo de isolamento. Nestas circunstâncias, o objecto da historiografia açoriana é definível, mas caracteriza-se mais pela pluralidade do que propriamente pela unidade.

A bibliografia açoriana, do século XVI à actualidade, evidencia um incessante cultivo da História. Até à era de setecentos, ressalta o predomínio da cronística e a acção do clero, avultando cinco nomes e cinco obras: Gaspar Frutuoso (1522-1591) e as *Saudades da Terra*, Diogo das Chagas (1575?-após 1661) e o *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, Manuel Luís Maldonado (1644-1711) e a *Fenix Angrence*, Agostinho de Montalverne (1629-1726) e as *Crónicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores* e António Cordeiro (1640-1722) e a *História Insulana das Ilhas a Portugal Sugeitas no Oceano Occidental*.

Deste conjunto, sobressaem as *Saudades da Terra* de Gaspar Frutuoso, decerto a principal realização historiográfica açoriana de todos os tempos, apesar da manifestação de incorrecções e desajustamentos, naturalmente resultantes do decurso de quatro séculos de incessante progresso dos estudos históricos. No século XIX, ressaltam as influências do liberalismo e do positivismo, que proporcionam a conversão da história de crónica em ciência, fazendo com que também nos Açores a centúria de oitocentos corresponda ao tempo da História. Entre uma multiplicidade de autores, de iniciativas e de projectos, citemos dois exemplos mais representativos. O terceirense Francisco Ferreira Drummond (1796-1858), guiado pela utilidade pública da investigação documental, edita a partir de 1850, com a chancela da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, os quatro tomos dos *Anais da Ilha Terceira*, uma espécie de monumento de pesquisa e de reflexão, que demonstra todas as virtualidades das perspectivas liberais de recuperação e aproveitamento do passado. O micaelense Ernesto do Canto (1831-1900), no propósito assumido de rectificação da história açoriana, publica por conta própria, entre 1878 e 1892, os doze primeiros volumes da 1ª série do *Arquivo dos Açores*, um marco historiográfico de relevância semelhante à crónica frutuosiense. No século XX, sucedem-se as correntes e as realizações historiográficas. De início, uma diversidade de movimentos político-culturais, nomeadamente a Autonomia, o Republicanismo e o Nacionalismo, condicionam a escrita da História. Todavia, o marcante contacto ideológico não obsta ao planeamento e à concretização dos empreendimentos, alguns dos quais até de carácter colectivo. Entre estes últimos, relevam o 4º Centenário do Nascimento de Gaspar Frutuoso em 1922, o 5º Centenário do Descobrimento dos Açores em 1932, o Congresso Açoriano de Lisboa em 1938 e, posteriormente, a criação dos Institutos Culturais. Por meados da centúria, surgem diferentes dados. Assim, ocorrem a introdução das novas metodologias da história económica, a princípio apresentadas por Julião Soares de Azevedo e depois desenvolvidas por Maria Olímpia da Rocha Gil, e a integração do arquipélago em estudos de história atlântica, da autoria de portugueses e estrangeiros, por exemplo, Vitorino Magalhães Godinho, Frédéric Mauro, Pierre Chaunu e Bentley Duncan. Por fim, a criação da Universidade dos Açores em 1976 motiva o maior progresso. Contudo, a proximidade temporal e o comprometimento institucional desaconselham o desenvolvimento de uma análise mais profunda, que reclama um juízo mais distante

e independente. Porém, sempre ressalta a acção de Artur Teodoro de Matos, 1º director do então Departamento de História, que esboça um plano de intervenção científica, alicerçado na formação dos quadros, na recolha e na edição de fontes documentais e, conseqüentemente, no incremento da investigação, traduzido na multiplicação das publicações.

A relativa individualidade insular e o inequívoco acervo bibliográfico constituem o objecto e a investigação imprescindíveis à identificação de uma historiografia açoriana. Porém, a expressão historiografia açoriana demanda uma utilização com muita prudência. De facto, não se trata de um ramo do saber independente e, por conseguinte, alheio às problemáticas dos mundos envolventes. Deste modo, a sua principal característica reside até na correlação com as historiografias portuguesa e atlântica. Aliás, a identidade açoriana não é de todo inequívoca. Além das dificuldades inerentes à individualização do seu carácter, a sucessão do tempo também não lhe acentua as diferenças. Ao invés, a globalização esbate muitas especificidades próprias e impõe uma uniformidade demasiado artificial.

Nas ilhas, a tradição historiográfica, em vez de um pretexto de acomodação, constitui de preferência um estímulo de investigação. Aliás, esta é uma obrigação inadiável, pelo menos até à redacção de uma criteriosa História dos Açores, um projecto indevidamente retardado pela insistente proclamação da diversidade insular, que impõe a realização prévia de muitos estudos parcelares, tidos por imprescindíveis à construção da síntese. Neste caso, a cerca de século e meio de distância, ainda manifestamos uma opinião muito semelhante à de José Torres que, em artigo inserido no nº 1 da 2ª série da *Revista dos Açores* de Março de 1853, descreve a possibilidade de composição de uma verdadeira História dos Açores, considerando injustamente a mediocridade do trabalho preliminar. A persistência desta visão deriva apenas do acréscimo das exigências científicas, próprio da sucessão do tempo, que gera sempre no espírito do investigador a impressão da falta dos meios indispensáveis à produção de uma verdade de todo inatingível. Assim, importa de uma vez por todas vencer tais pruridos, à luz das convicções de que a criação de ciência é por natureza uma tarefa provisória, exigindo por isso uma revisão quase contínua, e de que as condições de hoje são indubitavelmente superiores às do passado, atendendo à constante acumulação do conhecimento.

A falta de uma obra geral não obsta de modo algum ao tratamento da história dos Açores nos nossos estabelecimentos de ensino. De facto,

dispomos de uma diversidade de estudos, até invulgar no confronto com as demais partes constituintes do país, que obviamente possibilita a organização dos textos indispensáveis ao apoio da leccionação. Assim, a concretização do desiderato da aproximação dos nossos estudantes ao conhecimento do passado depende tão só de uma opção das tutelas. Todavia, em processo preliminar, a ponderação de semelhante possibilidade exige uma reflexão sobre a gestão dos programas, inseridos num sistema lectivo nacional, que periodicamente exige a prestação de provas, no pressuposto legítimo da apropriação pelos alunos de uma formação análoga. Por isso, o acolhimento na prática educacional das dimensões regional e local exige um termo de responsabilidade, que evite a conversão de uma legítima expectativa numa reprovável dissimulação, em prejuízo de toda a aprendizagem. Porém, os sinais de peculiaridade da nossa cultura sempre demandam um esforço de adequação do sistema educativo, que propicie o contacto dos jovens com elementos identitários, indispensáveis à defesa de uma personalidade colectiva, até conveniente na perspectiva de fruição dos benefícios da globalização. Neste contexto, as maiores obrigações incumbem aos departamentos de Educação e Cultura do Governo Regional e à Universidade dos Açores. A responsabilidade governamental é um imperativo constitucional. Com efeito, à luz da Constituição, a institucionalização da Autonomia dos Açores deriva do reconhecimento pela comunidade nacional de condicionalismos geográficos, económicos e sociais muito próprios, que naturalmente geram ambições de auto-governo entre as populações insulares. Assim, às repartições governamentais da área educativa, compete uma função administrativa de gestão da rede escolar e de adaptação do acervo legislativo, mas também uma missão cultural de difusão de especificidades açorianas, que justificam o estatuto de maioria política dos Açores, isto é, de Região Autónoma de Portugal. A obrigação universitária deriva principalmente de uma tradição de pesquisa em temas das histórias regional e local, que ao cabo de mais de duas décadas faculta a leccionação de um curso de mestrado em História Insular e Atlântica (séculos XV a XX) e a inserção das cadeiras de História dos Açores I e II no âmbito da licenciatura em História. Além disso, a tradição e a insistência na formação de professores, por vezes até com prejuízo da invenção de novas saídas profissionais, impõe a ponderação de todas as variantes de desenvolvimento do sistema educativo, que comporta sempre a sugestão de procedimentos e de estratégias.

Ao longo de um quarto de século, a nova administração autonómica não descobre um modelo de aproximação dos estudantes às temáticas regionais, apesar da proclamação, por vezes até muito exacerbada, da especificidade insular. Porém, agora quase de súbito, irrompe o projecto da criação, pelo menos no ensino básico, de um currículo regional, em coexistência com o cumprimento do programa nacional. Porém, em lugar de iniciativa própria, determinada pela necessidade de reconhecimento e de transmissão de uma identidade, a inovação decorre apenas da aplicação de legislação geral, nomeadamente os Decretos-Lei nº 6/2001 e nº 7/2001 de 18 de Janeiro, que confere aos Açores um direito semelhante àquele que se atribui ao mais vulgar e incaracterístico município continental. Resta, portanto, a esperança da obtenção localmente das melhores soluções, que clamam por comedimento e diálogo, indispensáveis na procura dos conteúdos científicos e das estratégias de aprendizagem mais adequados. De facto, importa que a proposta, simultaneamente ousada e cândida, de promoção de um currículo regional não degenere em repulsa dos agentes educativos, ditada pela aparente inutilidade dos novos assuntos, passíveis de conversão em acréscimo de avaliações, que dificultam o aproveitamento nas disciplinas de âmbito geral.

Conclusão

No nosso tempo, a força dos imperativos sociais altera continuamente as metas do sistema de ensino. Assim, impõe-se um esforço de concertação entre os objectivos das escolas e as expectativas das comunidades. A procura incessante das melhores soluções incide também na elaboração dos programas e dos manuais escolares, instrumentos essenciais da acção lectiva. Neste caso, o entendimento dos problemas, que demanda a consideração das opiniões dos agentes educativos, constitui verdadeiramente uma indispensabilidade, pois facilita a busca e o alcance dos expedientes de intervenção mais apropriados.

Na generalidade, os programas dos ensinos básico e secundário evoluem de propostas genéricas, que abrangem tempos e espaços mais vastos, para opções de especialidade, que excluem muitas cronologias e problemáticas. A evolução do geral para o específico corresponde naturalmente à melhor via de aproximação à prática da Universidade.

Na especialidade, a análise dos programas demonstra, entretanto, muitos desequilíbrios. No 2º ciclo do ensino básico, a proposta programática ainda manifesta uma considerável harmonia, pois destaca as principais etapas do suceder histórico português, em correlação com o carácter da geografia. Depois, nos 7º, 8º e 9º anos, o anterior enfoque das problemáticas da história de Portugal sempre justifica a opção pelo tratamento de matérias mais gerais. Contudo, no ensino secundário, ressalta o desajustamento de todos os conteúdos, que primam pelo anacronismo. De facto, preponderam as velhas e monistas explicações económico-sociais de há cerca de meio século, que geram a indiferenciação das cronologias e dos acontecimentos e cerceiam a pluralidade do real. Curiosamente, o ciclo mais próximo do ensino superior adopta as metodologias e as interpretações mais distanciadas das práticas da Universidade. Neste divórcio de perspectivas entre os ensinos médio e universitário talvez resida uma das explicações para o insucesso de muitos estudantes que ingressam em cursos superiores, vulgarmente considerados portadores de uma formação deficiente, porventura consequência dos desajustes de todo o sistema educativo.

A análise dos programas evidencia a insuficiência dos estudos de história de Portugal e a omissão das referências regionais e locais. No entanto, os desafios irreversíveis da globalização de hoje justificam a concessão de maior desenvolvimento a tais temáticas. De facto, o acréscimo do conhecimento histórico do país, das regiões e das localidades constitui uma das principais vias de avigoramento da nossa cultura, precisamente quando a construção da consciência europeia constitui uma avaliação das identidades nacionais.

DOSSIER

ARQUIVOS DOS AÇORES

